



O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!

Marcha Mundial das Mulheres na Cúpula dos Povos por justiça social e ambiental: contra a mercantilização da vida, em defesa dos bens comuns! Seguiremos na luta contra o capitalismo verde e afirmaremos as alternativas das mulheres!

A Cúpula dos Povos acontece de forma simultânea à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada de Rio+20 por acontecer 20 anos após a Eco 92. O que está em disputa é a saída para a crise ambiental, que é também a crise do capital. Na conferência oficial, está em pauta a chamada economia verde e uma nova institucionalidade para organizar as ações da ONU sobre meio am-

biente. Neste processo, as empresas transnacionais e instituições financeiras atuam para ter peso, como setor privado, em todas as propostas da economia verde. A Cúpula dos Povos denuncia as falsas soluções e a mercantilização da vida, apresenta as soluções e novos paradigmas construídos pelos povos e articula agendas de luta anti-capitalistas que vão além deste evento.



João Zinclair

Mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento!

A sociedade capitalista e patriarcal se estrutura em uma divisão sexual do trabalho que separa o trabalho dos homens e o das mulheres e define que o trabalho dos homens vale mais que o das mulheres. O trabalho dos homens é associado ao produtivo (o que se vende no mercado) e o trabalho das mulheres ao reprodutivo (a produção dos seres humanos e suas relações). As representações do que é masculino e feminino são duais e hierárquicas, assim como a associação entre homens e cultura, e mulheres e natureza.

Na Marcha Mundial das Mulheres lutamos para superar a divisão sexual do trabalho e, ao mesmo tempo, pelo reconhecimento de que o trabalho reprodutivo está na base da sustentabilidade da vida humana e das relações entre as pessoas na família e na sociedade.

Pro feminismo, o capitalismo não tem eco!

Na Eco-92, no mundo inteiro aumentava a consciência sobre a importância de preservar e proteger a natureza. Mas os governos daquele momento, hegemônicos pelo pensamento neoliberal, usaram a questão da sustentabilidade para legitimar uma economia baseada no livre mercado. Reforçaram o poder das grandes transnacionais e sua influência sobre os Estados nacionais. Hoje, 20 anos depois, frente a crise econômica que afetou mais os países industrializados, há uma nova investida

do capital, ampliando suas fronteiras e aprofundando a lógica do mercado de lucro e concentração da riqueza. As dimensões alimentar, energética e climática são expressões da mesma crise sistêmica que se manifesta na economia. Mas esta crise é também uma crise dos cuidados, dimensão invisível nos debates públicos sobre o tema. Nos países que foram alvos das políticas de ajuste estrutural e do neoliberalismo nos anos 1980 e 1990, a sobrecarga de trabalho não remunerado das mulheres ga-

rantiu a sustentabilidade da vida sem que o Estado nem os homens assumissem sua responsabilidade com a reprodução social. Cada vez mais, nos países industrializados, o envelhecimento da população e o desmantelamento dos Estados de Bem Estar gera uma grande demanda pelo trabalho de cuidados que é suprida em parte pelo trabalho precário de mulheres imigrantes.

Nós, mulheres, não pagaremos por essa crise!

Não à mercantilização da vida e da natureza!

As desigualdades históricas entre os países do norte e do sul estão em jogo neste processo. As grandes florestas estão no sul do planeta, bem como outros bens comuns e grande parte da biodiversidade. O capital nacional e transnacional tenta se apropriar delas de todas as maneiras, expulsando populações originárias inclusive. Resistimos hoje à ocupação das terras aonde vivemos e produzimos ou que estão na mira de grandes empresas mineiras, grandes construtoras ou do agronegócio por meio da expansão dos monocultivos de so-

ja, eucalipto ou cana. Nos expulsam pela violência direta dos pistoleiros ou da polícia, muitas vezes com violência sexual, ou pela impossibilidade de viver aí pela contaminação do solo, da água ou por nos negar o acesso a saúde ou educação. Em todo mundo ocorre esta apropriação dos territórios ao mesmo tempo em que as grandes empresas tentam se apropriar de nossa vida, de nosso código genético, nossas culturas e nosso conhecimento. A biodiversidade se torna propriedade de grandes empresas a partir das biopirataria, da propriedade intelectual e das

patentes. A água é mercantilizada na venda em garrafas, na privatização dos serviços de distribuição e saneamento ou no uso intensivo por algumas indústrias e cultivos. Os grandes lucros da especulação imobiliária passam por cima do direito à habitação e se torna pior em megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. E o corpo das mulheres é cada vez mais mercadoria na indústria do lazer e da prostituição, que cresce junto com a expansão deste modelo de desenvolvimento.

As respostas da economia verde: falsas soluções

ARio+20 vem outra vez colocar para os povos o debate sobre a relação com a natureza, com o discurso de buscar soluções para a crise climática. E para isso dizem, de novo, ter uma solução mágica chamada economia verde. Em que consiste?

■ A economia verde segue a lógica da mercantilização, em uma visão capitalista de que para a economia só tem valor o que pode ser comprado e vendido no mercado e, por isso, tem um preço. Ela é baseada em mecanismos de mercado que giram em torno desta ideia de que as empresas tem um papel importante na gestão da preservação ambiental. Assim, colocar preço na natureza é uma forma de colocar a natureza no circuito empresarial, que sob a ideia enganosa de responsabilidade social e ambiental, tem mais legitimidade para seguir destruindo o planeta e as relações humanas. Através de uma proposta chamada TEEB (A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade), apresentam

fórmulas para colocar preço na água, na paisagem, na biodiversidade. Colocar preço na natureza é permitir sua venda e privatização, em um processo que tira o direito dos povos sobre os territórios. São propostas que permitem que quem sempre se desenvolveu poluindo possa continuar poluindo se pagar por algum tipo de preservação em outra parte do mundo. Essa é a lógica do mercado de créditos de carbono e da financeirização da biodiversidade, que é transformada em ativos ambientais, negociados em bolsas de valores, como a Bolsa Verde do Rio.

■ A economia verde mantém a exploração do trabalho das mulheres como um recurso inesgotável, justamente porque não considera as atividades das mulheres no cuidado das pessoas e da natureza como trabalho. Associa este cuidado ao papel de mães, como se este fosse o destino de todas as mulheres. No documento oficial da ONU, existe uma afirmação de que as mulheres desempenham um papel fundamental para

o desenvolvimento sustentável. Mas isso tem como consequência a utilização do trabalho das mulheres na implementação das políticas da economia verde. Isso não é um avanço, e sim a refuncionalização do papel das mulheres como cuidadoras. São falsas soluções para o planeta, e falsas soluções para o machismo, porque mantêm as mulheres em uma relação de desigualdade e com a sobrecarga de trabalho com a sustentabilidade da vida.

■ A economia verde não questiona a lógica do crescimento ilimitado, perseguido pelo atual modelo de desenvolvimento. Apresenta propostas de eficiência energética e o desenvolvimento de novas tecnologias que permitiriam continuar a lógica capitalista de crescimento ilimitado. Energia nuclear, transgênicos, nanotecnologia e geoengenharia são apresentadas como soluções tecnológicas para os chamados limites da natureza. Mas o limite está colocado pelo modelo capitalista. Assim, mais uma vez, o mercado apresenta falsas soluções, como as novas tecnologias programadas e controladas pelas empresas, avançando o controle sobre o conhecimento e a vida. O mesmo acontece com os agrocombustíveis e propostas de alternativas para a energia fóssil, uma das grandes responsáveis pelo aquecimento global. São apresentadas como energia limpa, por serem feitas a partir da produção agrícola. Mas é preciso questionar que a produção de agrocombustíveis compete com a produção de alimentos da agricultura camponesa. Além disso, essas são alternativas que continuam baseadas num modelo de consumo insustentável. Questionamos, portanto, quem controla e para qual modelo está direcionada esta energia alternativa produzida.



Feministas contra o capitalismo verde!

Nossa visão sobre a questão ecológica considera que a destruição da natureza é parte da forma como o capitalismo se organiza na busca incessante de lucros. Por isso, a solução não passa por uma boa gestão de recursos, mas sim pela construção de um outro modelo em que a relação humanidade e natureza tenha um sentido de unidade e continuidade.

Formamos um todo e só em harmonia poderemos seguir mantendo as bases da vida para a humanidade e para a natureza. A luta para mudar o mundo e mudar a vida das mulheres se dá como parte de um só movimento. Não basta identificar que os impactos deste sistema são piores para as mulheres. Partimos de uma análise de que o capitalismo faz uso de estruturas pa-

triarcais no seu atual processo de acumulação. Por isso, não acreditamos em uma atuação que busca diminuir impactos negativos, mas sim organizamos uma luta para transformar as estruturas que organizam as relações de poder e desigualdade de classe, raça e gênero.

Resistir a mercantilização da natureza e dos bens comuns: a economia verde não compensa!

Resistimos à utilização da natureza como um recurso a serviço do lucro de empresas, visto como inesgotável ou como mercadorias mais caras à medida que se esgotam. A experiência que as mulheres vivenciam de invisibilidade e desvalorização de seu trabalho de cuidados das pessoas é muito similar ao que ocorre com a natureza. O tempo e a energia das mulheres em cuidar das pessoas, preparar a comida, os cuidados e a disponibilidade

para a escuta não são visíveis e são elásticos. As mulheres são as primeiras a se levantar e as últimas a dormir na maioria das famílias. O tempo e a energia dos processos de regeneração da natureza são ocultados e tratados como impedimentos a serem superados para que a máquina do consumo funcione a todo vapor. As mulheres seguem sendo pressionadas para ajustar lógicas e tempos opostos – o da vida e o do lucro. Seu trabalho é usado para amenizar ou ocultar as in-

justiças promovidas por instituições multilaterais, governos e empresas.

Dizemos Não! às falsas soluções propostas pelo mercado e seus agentes, como os créditos de carbono, os agrocombustíveis, os mecanismos de REDD e a Geoengenharia. Não aceitamos “soluções” que só geram mais negócios e não mudam o modelo de produção, consumo e reprodução social.

Somos mulheres e não mercadorias!

A violência em geral, e contra as mulheres, em particular, é parte da estratégia deste modelo. Quanto mais a sociedade é regida pelos interesses do mercado, mais as mulheres são transformadas em mercadorias. Um exemplo disso é a situação da Costa Rica, que é usada como exemplo a ser seguido pelos negó-

cios verdes. Lá, diversas florestas foram convertidas em áreas de preservação e o deslocamento das comunidades empurrou as mulheres para a prostituição e o turismo sexual, que agrega valor ao turismo ecológico. Da mesma forma, vemos no território brasileiro um grande aumento da prostituição nos territórios de mineração, da

construção de usinas hidroelétricas ou nas obras da Copa do Mundo. Em uma lógica desenvolvimentista que reduz o desenvolvimento ao crescimento ilimitado, o corpo das mulheres amortece os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território.



Elaine Campos

Por soberania sobre nossos corpos e sexualidade

Repudiamos o controle do corpo e da sexualidade das mulheres que impede nossa autonomia e autodeterminação. Esse controle faz parte da combinação capitalismo, patriarcado e racismo, que se estende para o controle dos territórios. A prostituição é utilizada para “compensar” o desajuste do trabalho nômade dos homens que são transferidos em milhares para os canteiros de grandes obras e nos megaeventos. Somos solidárias às mulheres que são vítimas dessa forma de exploração da

sociedade patriarcal. Mas é preciso perceber que a prostituição só existe em um sistema que se articula em torno da subordinação das mulheres. Não produz nada relacionado à liberdade e autonomia. Ao contrário, e na grande maioria dos casos, a mulher se encontra escravizada por uma rede mercantilizada. Se ancora em um modelo de sexualidade baseado na virilidade masculina e na subordinação feminina, associada a fragilidade e disponibilidade permanente. Ao mesmo tempo, reforça a divi-

são sexual do trabalho e o impedimento das mulheres terem autonomia econômica. Por isso afirmamos o direito à autonomia sobre nossos corpos, sexualidade e de separar sexualidade de maternidade. Por isso lutamos pela descriminalização e legalização do aborto. Reafirmamos nossa visão de que a sexualidade é construída socialmente e somos sujeitos ativos para recusar a heteronormatividade e defender o livre exercício da sexualidade, sem coerção, estereótipos e relações de poder.

Em luta por outro modelo de produção, reprodução e consumo!

Apartir da economia feminista, defendemos a necessidade de se estabelecer um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana. Ele deve se basear em uma relação dinâmica e harmônica entre humanidade e natureza e entre humanos e humanas” e pela valorização dos bens comuns. São necessárias mudanças reais no modo de produção e nos padrões de consumo do capitalismo, que ressignifiquem e ampliem o conceito de trabalho. Isso passa pelo reconhecimento do trabalho das mu-

lheres e da importância de um equilíbrio entre produção e reprodução, que esta não continue sendo tarefa apenas das mulheres, mas também dos homens e do Estado. As mulheres constroem em seu cotidiano alternativas concretas à economia dominante, articulando transformações na produção, na reprodução e no consumo. Um grande número das experiências de agroecologia e economia solidária é levada a frente pelas mulheres. Com nosso trabalho e conhecimento histórico no campo afirmamos que a so-

berania alimentar é estratégica para a transformação social. Ela afirma uma outra organização da produção, distribuição e consumo de alimentos, articulada com um combate à lógica capitalista do agronegócio. As alternativas construídas e propostas pelos povos devem integrar uma dimensão geradora de igualdade, contemplando a igualdade entre mulheres e homens, o direito das mulheres a uma vida sem violência e a divisão do trabalho doméstico e de cuidados entre homens e mulheres.

Ampliação e fortalecimento do público: a partir do Estado e da sociedade

Lutamos por uma profunda democratização do Estado que rompa com os privilégios da classe dominante e branca, e que despatriarcalize o poder. Mais do que prover serviços e políticas sociais, é preciso garantir o sentido público do Estado, ações de redistribuição da riqueza, socialização do trabalho doméstico e de cuidados, e políticas emancipatórias construídas com base na soberania e participação popular. Isso implica, também, um papel ativo no âmbito internacional que promova a integração dos povos e que as políticas entre os países sejam baseadas nos princípios da solidariedade, da reciprocidade e da redistribuição. Nossa luta pela desmilitarização articula essas dimensões e questiona o papel do poder econômico em intervenções militares feitas pelos Estados que servem ao controle de territórios ricos

em recursos naturais. Combatemos também a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos econômicos. Lutamos por uma ampla democratização da comunicação, que passa por garantir a neutralidade e liberdade dos fluxos de informação na infraestrutura das comunicações e da internet, portanto, pelo combate à lógica capitalista da propriedade intelectual. Como mulheres, demandamos nosso reconhecimento como sujeitos ativos nos debates e decisões sobre o conjunto das políticas e processos vinculados a construção de outro modelo. A mineração, as grandes obras de infraestrutura, as formas de desenvolvimento do nosso continente não podem ser objeto de ação apenas dos homens no poder, dos governos e das empresas. Nossa luta feminista é por outro modelo capaz de gerar igualdade e

justiça social, incentivar a solidariedade entre as pessoas, que seja sustentável e que não esteja calcado no trabalho gratuito das mulheres nem na exclusão das mesmas nos processos decisórios. Por isso entendemos que as alianças das mulheres com outros movimentos sociais são essenciais para resistir à mercantilização dos territórios e a financeirização da natureza, para socializar alternativas de resistência e fortalecer a defesa dos bens comuns. Não queremos mais a mercantilização dos nossos corpos, das nossas vidas! Queremos a sustentabilidade da vida, a centralidade da produção do bem viver, acabar com a divisão sexual do trabalho, erradicar a desigualdade e superar o capitalismo!

Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!



Junho de 2012
Tiragem: 10 mil exemplares

Apoio
HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL